

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including "AD", "f", "P", and "H".

PONTA DELGADA

CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de prestação de contas
consolidadas

Ano de 2019



Praça do Município • 9504-523 PONTA DELGADA
Telefone 296 304 400 • Fax 296 304 401 • N.º Verde 800 205 479
www.cm-pontadelgada.pt • geral@mpdelgada.pt
NIPC: 512 012 814

CONTAS CONSOLIDADAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ÍNDICE

Relatório de Gestão Consolidado	Pág.	1
Documentos de Prestação de Contas Consolidada	Pág.	10
Balanço Consolidado	Pág.	11
Demonstração de Resultados Consolidada por Natureza	Pág.	14
Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados	Pág.	15
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	Pág.	16
Certificação Legal de Contas	Pág.	38

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AD", "MR", and "HSP".

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

I. INTRODUÇÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro define no n.º1 do artigo 75º a apresentação das contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

A consolidação do grupo autárquico assegura uma informação mais ampla e mais transparente contribuindo para a melhor formulação de estratégias e decisões da realidade autárquica.

A Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho, da aprovação da Orientação n.º 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, reúne um conjunto de princípios orientadores e de requisitos mínimos que devem estar presentes no processo de consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo, o qual inclui os municípios.

O Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emitiu duas notas técnicas. A primeira, de 28 de abril de 2011, com um conjunto de instruções sobre a consolidação de contas municipais, que permitem de forma coerente, harmoniosa e comparável, a aplicação deste regime. Mais recentemente, em maio de 2015, emitiu uma nova nota explicativa da consolidação com as instruções para o exercício de 2014.

De acordo com as instruções publicadas pelo SATAPOCAL, o Município de Ponta Delgada elaborou o Manual de Consolidação, entendido como um guia prático de consolidação, e de acordo com a Orientação n.º1/2010, incluindo as normas, princípios e procedimentos a adotar no grupo municipal de consolidação merecendo a aprovação em Reunião de Câmara de 06 de fevereiro de 2011.

Desde 2010 que a autarquia apresenta demonstrações financeiras consolidadas, permitindo evidenciar uma cultura de gestão do grupo autárquico, e mesmo com a recente alteração do quadro legal, continua a refletir nas contas a mesma cultura embora agora apresentadas de forma integral.

Em 2019, o Município de Ponta Delgada apresenta as seguintes entidades no perímetro de consolidação: Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.; Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A. e os Serviços

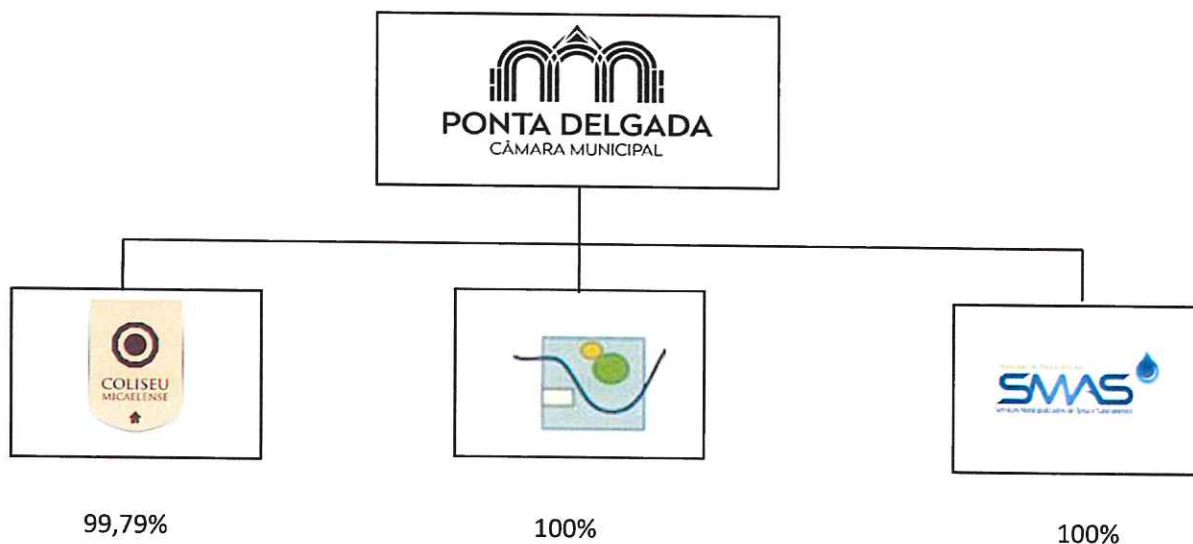
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Municipalizados.

Nos termos legais, o executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada apresenta, para apreciação, o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, Mapa de Fluxos de Caixa consolidados de operações orçamentais e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2019.

II. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A Câmara Municipal de Ponta Delgada é a entidade consolidante ou entidade mãe, sendo as entidades consolidadas as empresas Coliseu Micaelense, Cidade em Acção e os Serviços Municipalizados.



Entidade participada	N.I.P.C	Tipo Entidade	CAE	Capital	Participação no final do Exercício			Forma de realização do Capital		Capital próprio a 31 de dezembro de 2019	Observações
					Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (Montantes)	Em Espécie (Montante)		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	11
COLISEU MICAELENSE – Sociedade de Investimentos Mobiliários, S.A. - Ponta Delgada	512059420	Entidade Societária – E.M., S.A.	90040-41100-90020	1 750 000,00	1 746 377,00	99,79%	1 746 377,00	1 746 377,00		10 401 585,62	
Cidade em Acção, S.A.	512088845	Entidade Societária – E.M., S.A.	82990-68200	103 319,00	103 319,00	100,00%	103 319,00	103 319,00		362 255,16	

1. Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.

Tem como objetivo a promoção e dinamização de atividades e eventos culturais, sociais e recreativos, bem como a realização de espetáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa.

Na Assembleia Municipal de 29 de junho de 2017 foi aprovado o plano de internalização parcial das atividades do Coliseu Micaelense, E.M., S.A., no Município de Ponta Delgada, nos termos do n.º 12 do art.º 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

2. Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A.

Empresa para a promoção, implementação, construção de gestão e exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano. Teve como objeto inicial a conceção e construção do futuro Parque Urbano de Ponta Delgada, localizado a norte da 2ª Circular de Ponta Delgada, confinado entre o Caminho da Levada e o Caminho do Pico do Funcho. Na prossecução inicial do seu objeto social, a sociedade concretizou o Parque Urbano, encontrando-se este Equipamento Coletivo vocacionado para a área cultural e recreativa, já edificado, na referida área, mostrando já nesta fase a sua mais-valia para o bem-estar da população local, complementado com a exploração do Restaurante, este último em regime de concessão por concurso público. Igualmente, a Cidade em Acção tem a seu cargo a exploração do estacionamento tarifado da cidade de Ponta Delgada, de superfície (excetuando a Avenida Marginal de Ponta Delgada) e os parques de estacionamento do Castilho e Mercado Municipal.

Em 29 de junho de 2017, em Assembleia Municipal de Ponta Delgada, foi deliberado a dissolução da empresa, com entrada em liquidação da mesma, passando esta a estar em liquidação nos termos e prazos definidos nos artigos 150º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais.

Em 18 de junho de 2019, em Reunião de Câmara foi presente proposta de prorrogação do prazo de liquidação da mesma, por mais um ano.

3. Serviços Municipalizados (SMAS)

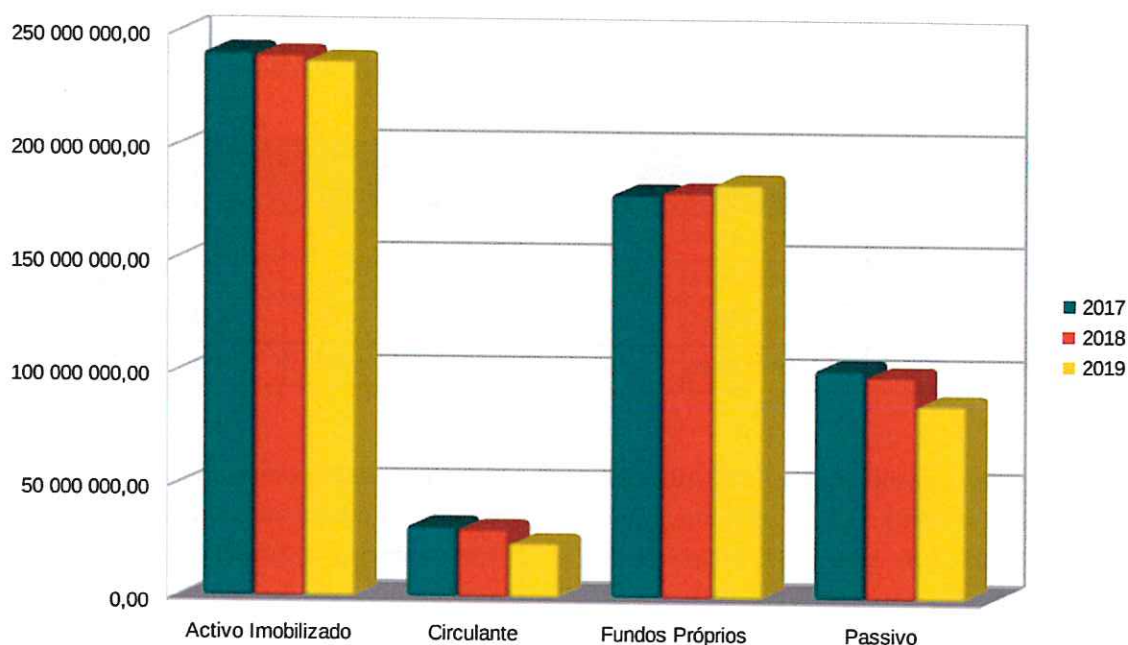
Os serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Ponta Delgada, assumem-se como um Serviço de Utilidade Pública de Interesse Local, que pretende servir e melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes, assim como o ambiente do Concelho, através de um serviço que garante o fornecimento de água com qualidade e o tratamento das suas águas residuais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO MUNICIPAL

Na análise económica e financeira do grupo, no exercício de 2019, serão abordados os seguintes mapas: Balanço e Demonstração de Resultados.

3.1 - BALANÇO



O Ativo, em 2019, atingiu os 270.088.389,50 euros, e os Fundos Próprios ascenderam aos 183.743.666,45 euros.

O Passivo, em 2019, atingiu os 86.344.723,05 euros, ou seja, menos 12.534.303,83 euros, face a 2018. Os Empréstimos Bancários diminuíram 12.389.425,54 euros (-31,71%), face ao ano anterior.

A diminuição verificada é explicada em grande medida pelo facto da Azores Parque já não fazer parte do perímetro de consolidação, contribuindo assim para a diminuição do passivo em 11.097.699,12 euros e diminuição dos empréstimos bancários no montante de 10.470.135,87 euros.

3.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Evolução dos Custos	2017	%	2018	%	2019	%
Custos Operacionais	45 117 138,90	96,8%	47 511 606,38	96,1%	50 168 335,38	97,7%
Custos Financeiros	812 941,12	1,7%	788 209,15	1,6%	548 245,31	1,1%
Custos Extraordinários	669 623,62	1,4%	1 118 139,14	2,3%	629 005,73	1,2%
Total dos Custos	46 599 703,64	100%	49 417 954,67	100%	51 345 586,42	100%

valores em euros

Evolução dos Proveitos	2017	%	2018	%	2019	%
Proveitos Operacionais	45 209 504,50	90,3%	46 654 582,72	91,3%	49 731 329,13	92,1%
Proveitos Financeiros	1 394 383,54	2,8%	975 710,12	1,9%	982 506,75	1,8%
Proveitos Extraordinários	3 453 760,45	6,9%	3 472 646,93	6,8%	3 288 257,50	6,1%
Total dos Proveitos	50 057 648,49	100%	51 102 939,77	100%	54 002 093,38	100%

valores em euros

Em 2019 os proveitos ascenderam a 54.002.093,38 euros, o que representa um aumento de 2.899.153,61 euros (5,67%), relativamente a 2018. As rubricas que mais contribuíram para o aumento dos proveitos foram os Impostos e Taxas com mais 1.415.962,05 euros e as Transferências e Subsídios Obtidos com mais 1.129.721,10 euros.

Os custos, em 2019, atingiram o montante de 51.345.586,42 euros, ou seja, mais 1.927.631,75 euros (3,90%), face ao ano anterior. A rubrica que mais contribuiu para o aumento dos custos foi os Encargos com o Pessoal com mais 1.652.671,83 euros.

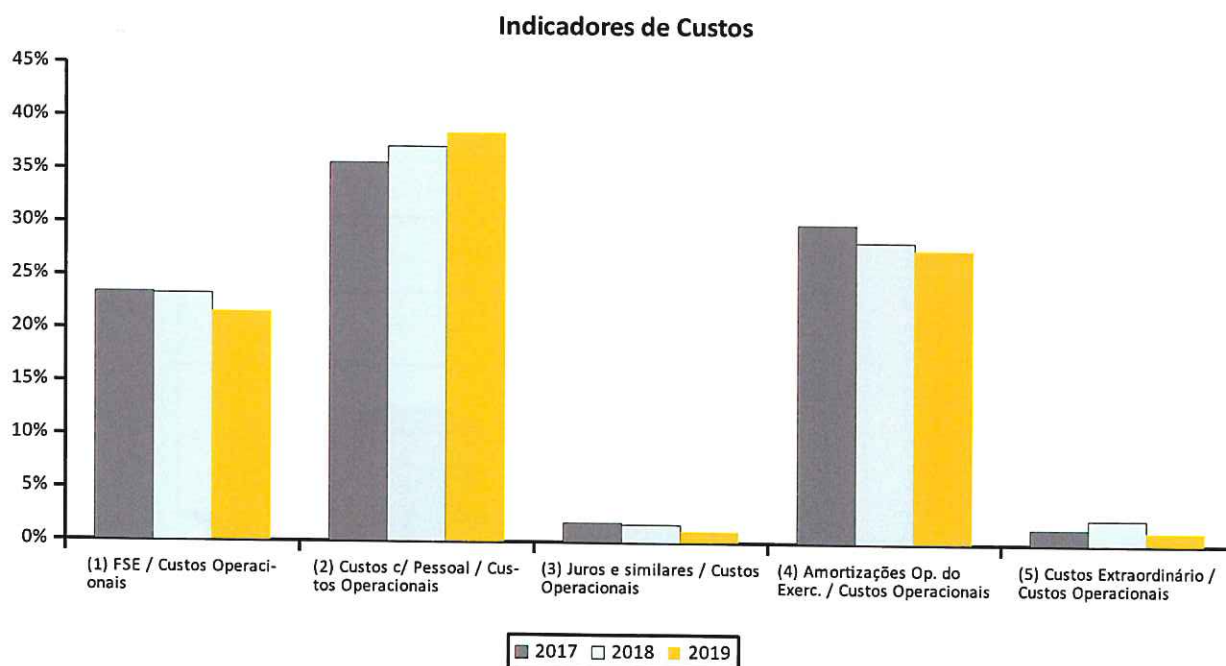
Evolução dos Resultados	2017	2018	2019
Resultados Operacionais	92 365,60	-857 023,66	-437 006,25
Resultados Financeiros	581 442,42	187 500,97	434 261,44
Resultados Correntes	673 808,02	-669 522,69	-2 744,83
Resultado Líquido do Exercício	3 641 763,28	1 659 199,73	2 634 739,57

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu aos 2.634.739,57 euros, o que representa um aumento de 58,80%, face ao ano anterior.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ESTRUTURA DE CUSTOS

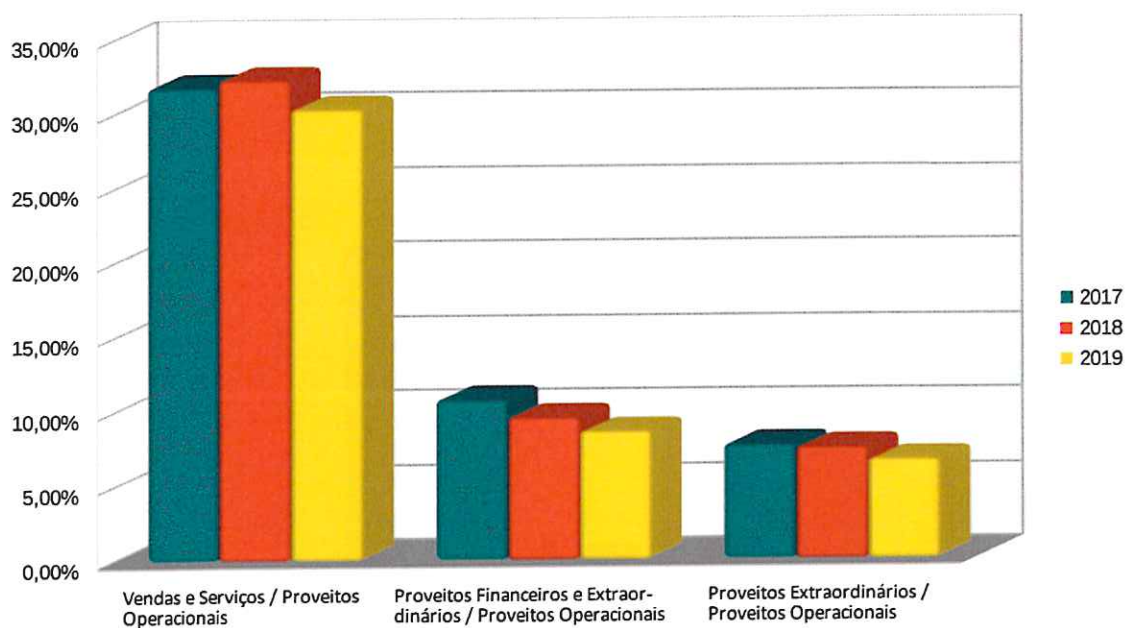
Indicadores de Custos	2017	2018	2019
FSE / Custos Operacionais	23,40%	23,26%	21,57%
Custos c/ Pessoal / Custos Operacionais	35,64%	37,20%	38,52%
Juros e similares / Custos Operacionais	1,80%	1,66%	1,09%
Amortizações Op. do Exerc. / Custos Operacionais	29,97%	28,37%	27,68%
Custos Extraordinário / Custos Operacionais	1,48%	2,35%	1,25%



Os Custos com o Pessoal (38,52%), as Amortizações do Exercício (27,68%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (21,57%), são as rubricas que maior peso têm nos Custos Operacionais.

ESTRUTURA DE PROVEITOS

Indicadores de Proveitos	2017	2018	2019
Vendas e Serviços / Proveitos Operacionais	31,78%	32,26%	30,30%
Proveitos Financeiros e Extraordinários / Proveitos Operacionais	10,72%	9,53%	8,59%
Proveitos Extraordinários / Proveitos Operacionais	7,64%	7,44%	6,61%



Os Impostos e Taxas (33,71%) e as Transferências e Subsídios Obtidos (32,93%) são as rubricas que maior peso têm nos Proveitos Operacionais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

IV. ANÁLISE FINANCEIRA E DE RENTABILIDADE

Rácios Financeiros	2017	2018	2019
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo Circulante) (*)	4,55	5,26	3,91
Liquidez Reduzida (Ativo Circulante - Existências) / Passivo Circulante (*)	3,36	3,81	3,77
Liquidez Imediata (Depósitos + Caixa + Títulos Negociáveis) / Passivo Circulante	2,50	2,82	2,96
Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Ativo)	0,64	0,65	0,68
Endividamento (Passivo / Ativo)	0,36	0,35	0,32
Solvabilidade (Capitais Próprios / Passivo)	1,76	1,82	2,13
Solvabilidade (Ativo / Passivo)	2,76	2,82	3,13

(*) Corrigido o valor de 2018, por erro na fórmula

O Rácio de Endividamento, em 2019, é de 0,32, ou seja, o grupo municipal financia-se com 68% de Capitais Próprios e 32% de Capitais Alheios.

O Rácio de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida, em 2019, é superior a 1, ou seja, o grupo municipal tem ativos capazes de produzir meios líquidos financeiros para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

O indicador do Rácio de Solvabilidade é muito superior a 1, o que significa que o grupo municipal está estável financeiramente.

Ponta Delgada, 15 de julho de 2020

A Presidente da Câmara

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large 'X' and various stylized marks.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AD', 'J.P.', and 'AB'.

BALANÇOS

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Valores Consolidados			
		2019			2018
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	7 054 294,94	0,00	7 054 294,94	6 646 459,91
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	152 887 492,26	95 074 486,33	57 813 005,93	62 498 947,06
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	5 214 982,89	0,00	5 214 982,89	3 826 424,87
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		165 156 770,09	95 074 486,33	70 082 283,76	72 971 831,84
	Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
439	Outras Imobilizações Incorpóreas	1 383,51	666,90	716,61	666,70
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 383,51	666,90	716,61	666,70
	Imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
421	Terrenos e recursos naturais	29 483 757,89	0,00	29 483 757,89	28 151 117,15
422	Edifícios e outras construções	110 226 688,02	21 620 627,91	88 606 060,11	89 881 439,46
423	Equipamento básico	92 252 014,60	63 250 749,65	29 001 264,95	28 277 381,68
424	Equipamento de transporte	8 176 990,89	5 990 925,46	2 186 065,43	2 228 831,60
425	Ferramentas e utensílios	985 723,84	901 231,94	84 491,90	98 072,77
426	Equipamento administrativo	6 196 553,97	5 673 719,68	522 834,29	618 107,64
427	Taras e vasilhame	926,75	926,75	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	4 181 977,70	3 537 040,68	644 937,02	553 023,29
442	Imobilizações em curso	15 269 712,98	0,00	15 269 712,98	15 572 336,25
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	6 415,35	0,00	6 415,35	6 415,35
		266 780 761,99	100 975 222,07	165 805 539,92	165 386 725,19
	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	1 198 921,50	0,00	1 198 921,50	1 198 921,50
414	Investimentos em imóveis	279 527,94	0,00	279 527,94	279 527,94
415	Outras aplicações financeiras	8 554,34	0,00	8 554,34	7 868,72
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 487 003,78	0,00	1 487 003,78	1 486 318,16

BALANÇOS

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Valores Consolidados			
		2019		2018	
		AB	A/P	AL	AL
	Circulante:	0,00	0,00	0,00	0,00
	Existências:	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	843 280,51	0,00	843 280,51	734 978,24
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	7 551 036,89
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		843 280,51	0,00	843 280,51	8 286 015,13
213+215	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazos: (a)				
	Utentes c/c	205 057,17	0,00	205 057,17	237 967,58
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	237 080,05	0,00	237 080,05	291 500,95
212	Contribuintes c/c	74 468,78	0,00	74 468,78	75 538,62
213	Utentes c/c	1 570 910,20	0,00	1 570 910,20	1 695 989,92
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	765 206,86	535 631,07	229 575,79	327 481,40
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	33 159,89	0,00	33 159,89	104 800,80
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+2 67+268	Outros devedores	2 634 246,25	0,00	2 634 246,25	2 946 632,07
		5 520 129,20	535 631,07	4 984 498,13	5 679 911,34
	Títulos negociáveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	18 085 746,99		18 085 746,99	16 112 049,98
11	Caixa	10 852,89		10 852,89	14 737,84
		18 096 599,88	0,00	18 096 599,88	16 126 787,82
	Acréscimos e diferimentos:	0,00			
271	Acréscimos de proveitos	8 727 167,58	0,00	8 727 167,58	8 847 576,81
272	Custos diferidos	61 299,33	0,00	61 299,33	79 997,62
		8 788 466,91	0,00	8 788 466,91	8 927 574,43
	Total de amortizações		196 050 375,30		0,00
	Total de provisões.....		535 631,07		0,00
	Total do activo	466 674 395,87	196 586 006,37	270 088 389,50	278 865 830,61

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

BALANÇOS

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Valores Consolidados	
		2019	2018
	Fundos próprios:		
51	Património	97 363 102,64	97 283 088,15
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	7 566 822,65	7 623 947,50
	Reservas:	0,00	
571	Reservas legais	6 040 988,40	5 903 450,43
572	Reservas estatutárias	6 648 480,39	6 648 480,39
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	85 429,84	85 429,84
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	2 863 994,62	2 546 879,44
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
578	Cedências gratuitas por loteamentos	3 893 309,58	2 980 744,74
59	Resultados transitados	56 624 955,43	55 234 237,69
88	Resultado líquido do exercício	2 634 739,57	1 659 199,73
		183 721 823,12	179 965 457,91
	Interesses Minoritários	21 843,33	21 345,82
	Total dos Fundos Próprios	183 743 666,45	179 986 803,73
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	565 231,45	255 665,10
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	24 704 183,44	37 154 817,54
268	Outros credores	6 012 577,70	6 740 934,54
	Passivos por Impostos Diferidos	0,00	0,00
		31 281 992,59	44 151 417,18
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
23114	Empréstimo M/L Prazo C/ Exigibilidade de Curto Prazo	1 975 876,30	1 914 667,74
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores c/c	276 583,49	112 013,45
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	442 798,08	350 469,01
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 445 722,04	1 730 722,04
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	89 088,97	64 385,86
24	Estado e outros entes públicos	203 678,84	185 872,59
264	Administração autárquica	243 793,07	254 218,04
262+263+2 67+268	Outros credores	753 876,56	470 975,75
222+2612+ 26	Garantias e Cauções	686 780,08	633 153,32
		6 118 197,43	5 716 477,80
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3 793 331,20	3 920 695,96
274	Proveitos diferidos	45 151 201,83	45 090 435,94
		48 944 533,03	49 011 131,90
	Total do passivo	86 344 723,05	98 879 026,88
	Total dos fundos próprios e do passivo	270 088 389,50	278 865 830,61

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código De Contas	Descrição	Valores Consolidados			
		2019		2018	
61	Custos e perdas Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00	0,00	0,00 €	0,00
	Matérias	1 401 391,43	1 401 391,43	1 489 012,24	1 489 012,24
62	Fornecimentos e serviços externos:		10 821 779,17		11 051 740,18
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	15 346 360,90		14 117 467,62	
643 a 648	Encargos sociais	3 979 004,07	19 325 364,97	3 555 225,52	17 672 693,14
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		3 917 321,19		3 347 518,51
66	Amortizações do exercício		13 888 540,05		13 480 654,49
67	Provisões do exercício		549 375,88		105 460,76
65	Outros custos operacionais		264 562,69		364 527,06
	(A)		50 168 335,38		47 511 606,38
68	Custos e perdas financeiros		548 245,31		788 209,15
	(C)		50 716 580,69		48 299 815,53
69	Custos e perdas extraordinários		629 005,73		1 118 139,14
	(E)		51 345 586,42		49 417 954,67
	Imposto sobre o Rendimento do exercício		21 576,24		25 559,38
	(G)		51 367 162,66		49 443 514,05
	Interesses Minoritários		191,15		225,99
88	Resultado líquido do exercício		2 634 739,57		1 659 199,73
	(X)		54 002 093,38		51 102 939,77
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Venda de produtos	6 568 172,56		6 611 224,93	
712	Prestações de serviços	8 499 049,42		8 244 908,50	
713	Rendas e Alugueres	0,00	15 067 221,98		15 052 975,99
72	Impostos e taxas		16 763 674,24		15 347 712,19
(a)	Variação da produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria entidade		1 058 477,26		724 645,58
73	Proveitos suplementares		200 384,39		5 734,78
74	Transferências e subsídios obtidos		16 378 046,31		15 248 325,21
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		263 524,95		275 188,97
	(B)		49 731 329,13		46 654 582,72
78	Proveitos e ganhos financeiros		982 506,75		975 710,12
	(D)		50 713 835,88		47 630 292,84
79	Proveitos extraordinários		3 288 257,50		3 472 646,93
	(F)		54 002 093,38		51 102 939,77
Resumo:		2019		2018	
		Resultados Operacionais: (B - A)		-437 006,25	
		Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-857 023,66	
		Resultados Correntes: (D - C)		187 500,97	
		Resultado Líquido do Exercício Consolidado Com Interesses Minoritários: (F - G)		-669 522,69	
		2 634 930,72		1 659 425,72	

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior				52 031 182,81
Execução Orçamental	15 097 587,98		Despesas Orçamentais	38 288 892,33
Operações de Tesouraria	997 957,75		Correntes	13 742 290,48
Receitas Orçamentais			Capital	
Correntes	49 295 450,62	54 142 511,21	Operações de Tesouraria	5 818 285,79
Capital	3 790 987,03		Saldo para a Gerência Seguinte	18 096 599,88
Outras	1 056 073,56			
Operações de Tesouraria		5 708 011,54	Execução Orçamental	16 949 342,45
			Operações de Tesouraria	1 147 257,43
Total		75 946 068,48	Total	75 946 068,48

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials on the right.

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the word "Dep." and various stylized marks.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O objeto principal da Câmara Municipal de Ponta Delgada é a prossecução de atividades não lucrativas no âmbito das competências atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que permite agregar as demonstrações financeiras das entidades de natureza empresarial que este Município controla de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, conforme o disposto no nº 3 do art.º 75º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, (RFALEI) tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes da Portaria nº 474/2010 de 1 de julho, a qual aprovou a “Orientação nº 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, e tendo por base as Instruções do SATAPOCAL, de abril de 2011, destinadas a clarificar e adaptar a norma à administração local.

O Município de Ponta Delgada já apresenta contas consolidadas desde 2010, por força do quadro legal consagrado na Lei 2/2007, de 15 de janeiro.

A Câmara Municipal, como empresa consolidante utiliza os seguintes métodos de consolidação:

Método de Consolidação Integral que consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da empresa consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das empresas consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros;

Método da Equivalência Patrimonial que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

A) ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO.

Entidades	Sede Social	Atividade Principal	Nº de trabalhadores em 31/12/19	% do Capital Detido em 2019	Obs.
Município de Ponta Delgada	Praça do Município s/n	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, habitação, ordenamento do território, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, serviços culturais, recreativos e religiosos, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo	735		a)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	Rua Tavares Resendes nº 165 9504-507 Ponta Delgada	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais	240	100%	b)
Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos EM. S.A.	Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa s/n 9500-216 Ponta Delgada	Promoção e dinamização de atividades e eventos culturais, sociais e recreativos, bem como a realização de espetáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa. Compra venda e arrendamento de imóveis, propriedade da sociedade ou que se revelem necessários ao desenvolvimento do seu objeto principal.	17	99,79%	c)
Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A.	Club House - Parque Urbano Caminho da Levada, nº134 9500-081 Ponta Delgada	Promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de equipamentos urbanos, na prestação de serviços de planeamento, arquitetura, engenharia e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento das atividades dos equipamentos urbanos. Promoção, implementação, construção de gestão e exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano.	1	100%	b)

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº 1 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Entidade que integra o perímetro de consolidação, com base na agregação das Demonstrações Financeiras desta entidade com autonomia Financeira e Administrativa
- c) Entidades que integram o perímetro de consolidação, com base na aplicação do método de consolidação integral a partir de 2014, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.
- b) Entidade que integra o perímetro de consolidação, com base na agregação das Demonstrações Financeiras desta entidade com autonomia Financeira e Administrativa

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não ocorreram quaisquer situações em que a aplicação das normas de consolidação fosse insuficiente e nem houve qualquer afastamento da aplicação destas normas com o propósito de se obter a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados Consolidados.

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A) IDENTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DE TODOS OS MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À ELIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS E DAS OPERAÇÕES RECÍPROCAS.

Os mapas auxiliares de Consolidação do Balanço e Demonstração de Resultados consolidados são os que abaixo se discrimina.

CORREÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Lançamento nº	Descrição	Débito		Crédito	
		Contas	Valores	Contas	Valores
L1	Eliminação da aplicação do método da Equivalência Patrimonial aos Resultados Líquidos de 2019, relativamente às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação	78.4.1.4	90 829,65	41.1.2.3	90 829,65
		41.1.2.5	307 627,68	68.4.3	307 627,68
		TOTAL L1	398 457,33		398 457,33
L2	Eliminação dos movimentos de ajustamentos efetuados nas contas da 41 do Município de Ponta Delgada, referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação	55	7 642 490,21	41.1.2.3	10 288 912,66
		59.1	1 154 248,94	41.1.2.5	669 882,84
		57.1	241 960,55		
		51	1 853 319,00		
		57.2	66 776,80		
	TOTAL L2		10 958 795,50		10 958 795,50
L3	Eliminação do valor da distribuição de Resultados dos SMAS	78.4.9.1	1 500 000,00	59.01	1 500 000,00
	TOTAL L3		1 500 000,00		1 500 000,00
L4	Eliminação do valor da comparticipação dos SMAS no Projeto da Cartografia e no contrato de manutenção com a ESRI	79.8	12 664,35	62.2.36.6	12 664,35
	TOTAL L4		12 664,35		12 664,35

L5	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS ao Município de Ponta Delgada	71.1.2.1	149 755,13	62.2.1.3	185 297,00
		71.2.1.1.2	7 257,65	62.2.98.5.9	535,12
		71.2.1.1.3	9 272,20		
		71.2.1.9.1.2	94,50		
		71.2.1.9.1.3	94,50		
		71.2.1.9.1.5	236,20		
		71.2.1.9.1.8	15 977,79		
		76.8.9.1	3 140,15		
		78.8.1	4,00		
TOTAL L5		185 832,12	0,00	185 832,12	
L6	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS à Empresa Municipal Cidade em Ação	71.1.2.1	2 345,35	62.2.1.3	2 451,43
		71.2.1.9.1.8	59,16		
		76.8.9.1.1	46,92		
TOTAL L6		2 451,43		2 451,43	
L7	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS à Empresa Municipal Coliseu	71.1.2.1	1 733,78	62.2.1.3	3 558,67
		71.2.1.1.2	1 473,78		
		71.2.1.1.3	44,40		
		71.2.1.9.1.8	242,52		
		76.8.9.1	64,19		
TOTAL L7		3 558,67		3 558,67	
L8	Anulação dos custos e proveitos relativamente ao subsídio e transferências atribuídos à empresa Coliseu Micaelense	74	744 773,60	63.2.3.7	744 773,60
TOTAL L8			744 773,60		744 773,60
L9	Anulação dos Serviços prestados pelo Coliseu Micaelense referente ao aluguer da sala e Aquisição de serviços	72	5 300,00	62.2.19.9	5 300,00
TOTAL L9			5 300,00		5 300,00
L10	Anulação dos custos e proveitos relativamente ao pagamentos do valor para equilíbrio de contas da Cidade em Ação	59.01	299 042,88	63.1.6	299 042,88
TOTAL L10			299 042,88		299 042,88
	Apuramento de Interesses minoritarios resultado	RL	191,15	IM CP – coliseu	191,15
TOTAL			191,15		191,15

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'A', 'AD', 'Del.', 'H', and 'VB'.

B) DISCRIMINAÇÃO DA RUBRICA “DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO”, COM INDICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CÁLCULO ADOTADOS E EXPLICAÇÃO DAS VARIAÇÕES SIGNIFICATIVAS RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO ANTERIOR.

As participações financeiras que transitam de anos anteriores, que são registadas de acordo com o método de equivalência patrimonial, emergiram de aquisições de partes de capital pelo seu valor nominal e, por isso, não ocorreram diferenças de aquisição e consequentemente não houve lugar ao reconhecimento da diferença de consolidação no ano e anos anteriores.

C) JUSTIFICAÇÃO DOS CASOS EXCECIONAIS EM QUE NÃO SE TENHA ADOTADO O PRINCÍPIO DA CONSISTÊNCIA NA CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SEUS EFEITOS NO PATRIMÓNIO, NA POSIÇÃO FINANCEIRA E NOS RESULTADOS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Não ocorreram quaisquer casos excecionais em que não tenha adotado o princípio da consistência.

D) DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS IMPORTANTES RELACIONADOS COM O PATRIMÓNIO, A POSIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DE UMA ENTIDADE INCLUÍDA NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM OCORRIDO ENTRE A DATA DO BALANÇO DESSA ENTIDADE E A DATA DO BALANÇO CONSOLIDADO.

Não existiram acontecimentos importantes relacionados com o património, posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

E) INFORMAÇÕES QUE TORNEM COMPARÁVEIS OS SUCESSIVOS CONJUNTOS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO CASO DE SE ALTERAR SIGNIFICATIVAMENTE, NO DECURSO DO EXERCÍCIO, A COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Foi aprovado em Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2018 a alienação de 51% do capital social da empresa Azores Parque, EM.SA.

Em reunião de Câmara de 06 de março de 2019 foi aprovada a alienação definitiva das 102.000 ações com valor nominal de 5 euros cada uma, representativas de 51% do capital social da AZORES PARQUE pelo montante global 500,00 euros (os restantes 49% eram detidos pela própria sociedade).

A 10 de março de 2019, por concurso publico, foi efetuada a alienação da participação do Município de Ponta Delgada na estrutura acionista da Azores Parque, pelo valor simbólico de 500 euros não tendo sido

constituídas quaisquer provisões para eventuais perdas por contratualmente não estar estabelecido a assunção de qualquer responsabilidades adicional ou superveniente, sendo da total obrigação da entidade adquirente a liquidação de todos os passivos financeiros e contingentes existentes nessa data.

Os ativos e passivos da AZORES PARQUE integrados pelo método da consolidação integral em 31 de dezembro de 2018 perfaziam o montante de 10.985.894,35 euros e de 11.097.699,12 euros, respetivamente.

O saldo de gerência inicial do mapa dos fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, apresenta uma diferença no montante de 31.242,09 euros, que corresponde ao saldo de gerência da Azores Parque, entretanto alienada.

Assim as Demonstrações financeiras consolidadas de 2019 apresentam um perímetro de consolidação diferente das até aqui apresentadas.

F) INDICAÇÃO DOS MONTANTES DOS AJUSTAMENTOS EXCECIONAIS DE VALOR DOS ATIVOS FEITOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS E NÃO ELIMINADOS DA CONSOLIDAÇÃO, JUNTAMENTE COM AS RAZÕES QUE O DETERMINARAM.

Não houve qualquer ajustamento excecional do valor dos ativos.

G) INDICAÇÃO DOS CASOS EXCECIONADOS EM QUE SE UTILIZOU A HOMOGENEIZAÇÃO VALORATIVA, BEM COMO DAS RAZÕES QUE JUSTIFICARAM A SUA UTILIZAÇÃO.

Não existem participações detidas em entidades de natureza empresarial.

H) OPÇÃO USADA PELO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUANTO À CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL.

Não aplicável.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A diminuição do endividamento deve-se essencialmente ao facto da empresa Azores Parque já não fazer parte do perímetro de consolidação que contribuía com um endividamento de cerca de 10.470.135,87 euros.



A) DESCRIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO (ALÍNEA D DO N.º 7 DO ART.º 75.º, DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO), DESAGREGADA POR RUBRICA PATRIMONIAL.

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio e longo prazo da seguinte forma:

Valores em euros

Código de Contas POCAL	Dívidas a terceiros de médio/longo Prazo					Eliminação de Crédito/dívidas Recíprocas	Grupo público consolidado
	Município	SMAS	Cidade Em Acção, S.A.	Coliseu Micaelense	Total		
1	2	3	4	5	7=2+3+4+5+6	8	9=7-8
2312	9 238 552,66	0,00	13 083 571,41	2 382 059,37	24 704 183,44	0,00	24 704 183,44
26	6 012 577,70	0,00			6 012 577,70		6 012 577,70
Total	15 251 130,36	0,00	13 083 571,41	2 382 059,37	30 716 761,14	0,00	30 716 761,14

A diminuição do endividamento deve-se essencialmente ao facto da empresa Azores Parque já não fazer parte do perímetro de consolidação que contribuía com um endividamento de cerca de 10.470.135,87 euros.

B) MONTANTE TOTAL DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO E QUE SE VENÇAM NOS QUATRO ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO, DESAGREGADO POR ENTIDADE E POR RUBRICA PATRIMONIAL.

O grupo municipal apresentará previsionalmente as dívidas a terceiros, daqui a quatro anos, ilustradas no quadro abaixo.

Valores em euros

Entidade Beneficiária	Conta Patrimonial	Finalidade do Empréstimo	Entidade Credora	Valor do Empréstimo Utilizado	Data de Vencimento	Capital Previsível em dívida no fim de 2023
Município de Ponta Delgada	231211	Construção de seis fogos no Beco da Rosinha	CGD	97 051,42	20-03-24	7 139,57
	231211	Construção de vinte e um fogos em São Vicente Paula	Santander Totta	549 889,77	20-07-26	66 233,08
	231211	Construção de seis fogos nos Arrifes	Santander Totta	180 950,34	08-05-27	35 102,81
	231211	Construção de cinco fogos nas Feteiras	Santander Totta	136 254,21	08-05-27	26 708,59
	231211	Construção de um fogo no Caminho da Levada	Montepio Geral	19 233,65	18-07-27	3 462,18
	231211	Aquisição de Terrenos para Habitação Social	Santander Totta	2 500 000,00	21-10-27	527 328,70
	231211	Aquisição de cinquenta Habitações Canadã do Peixe Assado	BPI	1 778 528,02	04-11-27	387 131,38
	231211	Quarenta fogos no Beco da Rosinha	BPI	1 348 755,84	04-11-27	235 567,56
	231211	Construção de duas habitações em São Vicente Ferreira	BPI	65 568,00	04-11-27	12 049,30
	231211	Construção de duas habitações nos Remédios	BPI	52 076,00	04-11-27	9 077,72
	231211	Construção de três fogos na Canadã das Maricas	Santander Totta	70 691,00	05-11-27	14 018,55
	231211	Financiamento de diversos projetos do PPI-PRODESA	Santander Totta	1 348 296,00	14-07-23	0,00
	231211	Projetos do PPI "Conservações e reparações de estradas e caminhos municipais"	BPI	218 632,00	19-12-23	0,00
	231211	Aquisição de dez habitações na Canadã do Peixe Assado (Câmara)	Santander Totta	153 597,01	17-09-29	44 677,80
	231211	Aquisição de dez habitações na Canadã do Peixe Assado (INH)	Santander Totta	337 590,18	17-09-29	98 144,39
	231211	Diversos projetos do PPI (ano 2004)	Santander Totta	987 711,53	15-10-24	60 555,65
	231211	Alargamento e pavimentação da Canadã do Cemitério, Livramento	BPI	99 133,00	21-12-24	6 859,57
	231211	Diversos projetos do PPI	CGD	1 856 904,00	03-10-25	219 921,87
	231211	Diversos projetos do PPI-PRODESA (ano 2005)	Santander Totta	292 952,00	04-10-25	39 959,93
	231211	Diversos projetos do PPI	CGD	1 684 239,00	17-07-26	294 547,07
	231211	Beneficiação da EB/II da Mãe de Deus	Santander Totta	169 826,00	29-12-26	36 391,32
	231211	Diversos projetos do PPI	Caixa de Crédito Agrícola	2 560 000,00	13-07-27	553 517,00
	231211	Execução de diversos projetos do PPI	Millennium	4 000 000,00	30-04-28	1 052 631,52
	231211	Execução de diversos projetos do PPI	CGD	3 200 000,00	26-02-29	1 063 036,33
	268126413	Parqueour	Parqueour	6 893 544,67	29-05-39	4 677 582,32
Cidade Em Acção	2311121	Construção de um Parque Urbano	CGD	16 500 000,00	20-12-27	8 994 955,36
Coliseu Micaelense	2311121	Remodelação do Edifício	BCP	684 721,39	05-12-23	0,00
	2311121	Remodelação do Edifício	BCP	1 029 616,00	15-12-24	147 088,00
	2311121	Remodelação do Edifício	BCP	1 259 589,70	02-04-20	899 706,44
	2311121	tesouraria	NBA	188 936,20		150 000,00
	2311121	tesouraria	NBA	10 449,05	14-09-22	5 224,80
	2311121	Locação Financeira Contrato 2074055	NBA	11 631,00	02-06-24	913,51
	2311121	Locação Financeira Contrato 2074054	NBA	33 153,26	02-10-24	4 673,69
Total				50 264 286,93		19 663 394,01

5. INFORMAÇÕES SOBRE OS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Serviços Municipalizados									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €		1 500 000,00 €		1 500 000,00 €	- €
Subsídios					- €					0
Empréstimos					- €					- €
Relações Comerciais	15 588,12 €	310 258,39 €		310 187,08 €	15 659,43 €	31,58 €	82 982,30 €		70 317,95 €	12 695,93 €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros		37 917,97 €		37 917,97 €	- €	229 034,57	2 918 278,81 €		2 903 520,31 €	243 793,07 €
TOTAL	15 588,12 €	348 176,36 €	- €	348 105,05 €	15 659,43 €	229 066,15 €	4 501 261,11 €	- €	4 473 838,26 €	256 489,00 €

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Cidade em Acção									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências		299 042,88		299 042,88	- €					- €
Subsídios					- €					0
Empréstimos					- €					- €
Relações Comerciais	- €				- €					- €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
TOTAL	- €	299 042,88 €	- €	299 042,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €



Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Coliseu Micaelense									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios		744 773,60		744 773,60	- €					- €
Empréstimos					- €					- €
Relações Comerciais	- €	5 300,00		5 300,00	- €					- €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
TOTAL	- €	750 073,60 €	- €	750 073,60 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Serviços Municipalizados/Cidade Em Ação									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Empréstimos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Relações Comerciais	- €	- €	- €	- €	- €	337,22 €	4 155,18 €		4 214,38 €	278,02 €
Participações do capital em numerário	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações do capital em espécie	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	- €	- €	- €	- €	337,22 €	4 155,18 €	- €	4 214,38 €	278,02 €

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Serviços Municipalizados/COUSEU MICAELENSE									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Empréstimos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Relações Comerciais	- €	- €	- €	- €	- €	504,65 €	5 485,03 €	- €	5 631,45 €	358,23 €
Participações do capital em numerário	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações do capital em espécie	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros (rsu)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	- €	- €	- €	- €	504,65 €	5 485,03 €	- €	5 631,45 €	358,23 €

6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA EXERCÍCIOS FUTUROS

O grupo municipal apresenta os compromissos assumidos para exercícios futuros ilustrados no quadro abaixo:

Valores em euros

Agrupamento Económico		Município de Ponta Delgada	Serviços Municipalizados	Coliseu Micaelense	Cidade em Ação	Total
01	Despesas Com Pessoal	794 818,82	7 380,00	235 813,70	64 438,53	1 102 451,05
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 174 938,86	170 160,92	300 000,00		6 645 099,78
04	Transferências Correntes	559 319,57	18 966,13			578 285,70
05	Subsídios	0,00				0,00
06	outras Despesas Correntes	0,00				0,00
07	Aquisição de Bens de Capital	3 011 258,97	581 947,86			3 593 206,83
08	Transferências de Capital	5 646 161,33				5 646 161,33
09	Activos Financeiros	66 606,75				66 606,75
10	Sociedades Financeiras -Bancos e Outras Instituições Financeiras	10 887 065,00				10 887 065,00
Total		27 140 169,30	778 454,91	535 813,70	64 438,53	28 518 876,44

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir das demonstrações financeiras desta autarquia e das entidades a consolidar, tendo sido seguidos os princípios e regras contabilísticas definidos pelo POCAL aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações.

A) CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS ÀS VÁRIAS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E OS MÉTODOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO ÀS AMORTIZAÇÕES, AOS AJUSTAMENTOS E ÀS PROVISÕES.

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os definidos no ponto 4 do POCAL.

- **Bens de domínio público:**

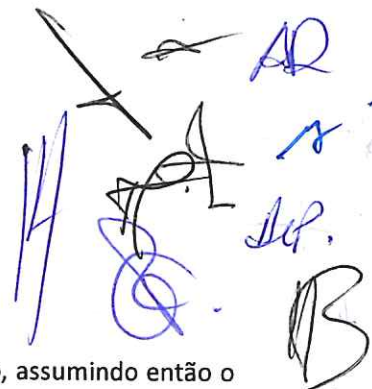
Os bens de domínio público são registados pelo custo de aquisição ou produção. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE.

- **Imobilizações incorpóreas:**

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE, com a observância da materialidade, sendo definido um período máximo de cinco anos para as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento (4.1.8 do POCAL).

- **Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas foram registadas ao custo de aquisição ou produção líquidos de amortizações. São contabilisticamente relevadas pelo valor do custo líquido das amortizações acumuladas. Quando se tratem de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito são registados a valores resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, do valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso deste critério não



ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

- **Investimentos financeiros**

Os imóveis arrendados a terceiros estão registados ao custo de aquisição líquido de amortizações. As obrigações e títulos de participação estão valorizadas ao valor nominal e no que se refere ao FAM considerou-se o valor a realizar independentemente do seu pagamento.

A participação da empresa, MUNICÍPIA, S A – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação está mensurada ao custo de aquisição.

- **Existências**

As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

- **Acréscimos e diferimentos**

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os subsídios ao investimento são transferidos para resultados na mesma proporção das amortizações dos ativos financiados.

- **Provisões**

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades.

Foram constituídas provisões para cobrança duvidosa de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL, sendo calculadas da seguinte forma:

50% dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;

100% dívidas em mora há mais de 12 meses.

As empresas municipais constituíram as provisões com base em critérios fiscais.

- **Dívidas de e a terceiros**

São expressas pelas importâncias ao valor nominal e classificadas no ativo e no passivo de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

- **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

B) COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS DOS ELEMENTOS INCLUÍDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS QUE SEJAM OU TENHAM SIDO ORIGINARIAMENTE EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA DIFERENTE.

Não foram efetuadas transações em moeda estrangeira, nem existem saldos em 31 de dezembro de 2018 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8. INFORMAÇÃO RELATIVA A DETERMINADAS RUBRICAS

A) COMENTÁRIO DAS RUBRICAS “DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E “DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO”.

Não houve qualquer movimento nestas rubricas durante o ano de 2019 e transitaram do ano anterior com saldo nulo.

B) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO CONSOLIDADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES.

Handwritten signatures and initials: AD, Y, Adp, B

Ativo Bruto

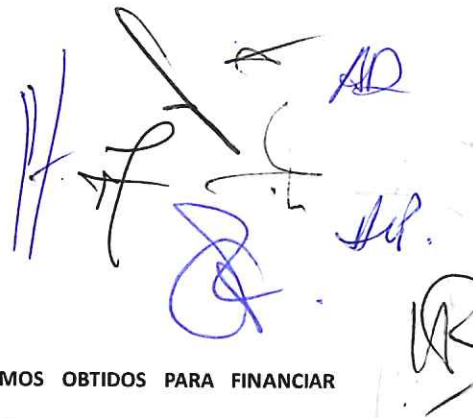
Valores em euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Transferências	Saldo Final	Ajustamentos		Saldo Final
									A Débito	A Crédito	
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO											
Terrenos e Recursos Naturais	6 646 459,91	0,00	44 857,10	0,00	355 305,01	-1 800,00	9 472,92	7 054 294,94			7 054 294,94
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras Construções e Infra-estruturas	150 162 195,21	0,00	7 316,00	0,00	1 805 416,21	0,00	912 564,84	152 887 492,26			152 887 492,26
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Imobilizações em Curso	3 826 424,87	0,00	3 549 279,24	0,00	-2 160 721,22	0,00	0,00	5 214 982,89			5 214 982,89
Adiantamentos Por Conta De Bens D. Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	160 635 079,99	0,00	3 601 452,34	0,00	0,00	-1 800,00	922 037,76	165 156 770,09	0,00	0,00	165 156 770,09
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS											
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	1 000,00	0,00	383,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1 383,51			1 383,51
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Adiantamentos Por Conta Imob. Incorp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	1 000,00	0,00	383,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1 383,51	0,00	0,00	1 383,51
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS											
Terrenos e Recursos Naturais	28 019 117,15	472,00	1 038 035,09	88 642,71	360 800,30	-1 800,00	155 776,06	29 483 757,89			29 483 757,89
Edifícios e outras construções	107 009 743,41	0,00	221 979,08	0,00	2 898 210,98	-135 846,83	232 601,38	110 226 688,02			110 226 688,02
Equipamento Básico	87 864 514,79	142 284,51	790 175,14	42 437,89	3 861 471,84	-361 244,83	-2 748,96	92 252 014,60			92 252 014,60
Equipamento de Transporte	8 030 119,27	0,00	464 032,50	296 328,64	0,00	-20 832,24	0,00	8 176 990,89			8 176 990,89
Ferramentas e Utensílios	970 082,64	0,00	28 224,50	0,00	0,00	-12 583,30	0,00	985 723,84			985 723,84
Equipamento Administrativo	6 114 577,68	340,11	195 420,16	0,00	0,00	-111 471,33	-2 312,65	6 196 553,97			6 196 553,97
Taras e Vasilhame	926,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	926,75			926,75
Outras Imobilizações Corpóreas	3 980 231,02	28 446,75	177 478,84	0,00	101 462,96	-105 641,87	0,00	4 181 977,70			4 181 977,70
Imobilizações em Curso	15 572 336,25	0,00	6 919 322,81	0,00	-7 221 946,08	0,00	0,00	15 269 712,98			15 269 712,98
Adiantamentos Por Conta Imob. Corp.	6 415,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 415,35			6 415,35
	257 568 064,31	171 543,37	9 634 668,12	427 409,24	0,00	-749 420,40	383 315,83	266 780 761,99	0,00	0,00	266 780 761,99
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS											
Partes Capital	10 659 752,60	82 244,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 741 997,47	307 627,68	11 049 625,15	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	1 198 921,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 198 921,50			1 198 921,50
Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Terrenos e Recursos Naturais	279 527,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279 527,94			279 527,94
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras Aplicações Financeiras	383,71	0,00	685,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1 069,33			1 069,33
Depósitos em Instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outros Títulos	7 485,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 485,01			7 485,01
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Adiantamentos Por Conta Invest. Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	12 146 070,76	82 244,87	685,62	0,00	0,00	0,00	0,00	12 229 001,25	307 627,68	11 049 625,15	1 487 003,78
Total	430 350 215,06	253 788,24	13 437 189,59	427 409,24	0,00	-751 220,40	1 305 353,59	444 167 916,84	307 627,68	11 049 625,15	433 425 919,37

Amortizações e Provisões

Valores em euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios				
Outras Construções e Infra-estruturas	87 663 248,15	7 411 238,18	,00	95 074 486,33
Cultural				
Outros Bens de Domínio Público				
	87 663 248,15	7 411 238,18	,00	95 074 486,33
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação				
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento				
Propriedade Industrial e Outros Direitos				
Outras Imobilizações Incorpóreas	333,30	333,60	,00	666,90
	333,30	333,60	,00	666,90
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	20 154 496,38	1 538 578,95	72 447,42	21 620 627,91
Equipamento Básico	59 587 133,11	3 918 307,31	122 827,11	63 250 749,65
Equipamento de Transporte	5 801 287,67	506 638,67	207 457,30	5 990 925,46
Ferramentas e Utensílios	872 009,87	41 335,26	8 311,19	901 231,94
Equipamento Administrativo	5 496 470,04	288 003,71	-41 725,59	5 673 719,68
Taras e Vasilhame	926,75	,00	,00	926,75
Outras Imobilizações Corpóreas	3 427 207,73	183 437,17	-72 400,79	3 537 040,68
	95 339 531,55	6 476 968,27	296 916,64	100 975 222,07
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes Capital				
Obrigações e Títulos de Participação				
Investimentos em Imóveis				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções				
Outras Aplicações Financeiras				
Depósitos em Instituições financeiras				
Títulos da Dívida Pública				
Outros Títulos				
Total	183 003 113,00	13 888 540,05	296 916,64	196 050 375,30



C) INDICAÇÃO DOS CUSTOS SUPORTADOS NO EXERCÍCIO RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO.

Não foram capitalizados no ano e em anos anteriores juros relativos aos ativos imobilizados em curso de construção.

D) MONTANTE DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR DOS ATIVOS ABRANGIDOS NA CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM SIDO OBJETO DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, FEITAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS, INDICANDO OS MOTIVOS QUE OS JUSTIFICARAM.

Não existem amortizações e provisões extraordinárias.

E) INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DE ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS, E OS QUE RESPETIVOS PREÇOS DE MERCADO.

Não aplicável.

F) FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO PREÇO DO MERCADO.

Não aplicável.

G) INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR.

Não aplicável.

H) MONTANTE TOTAL DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO, COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO, COM INDICAÇÃO DA RESPETIVA NATUREZA, FORMA E NORMA HABILITANTE À SUA CONCESSÃO.

Não aplicável.

I) DIFERENÇA, QUANDO LEVADA AO ATIVO, ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E AS CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS, QUANDO APLICÁVEL.

Não aplicável.

J) REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, POR CATEGORIAS DE ATIVIDADES.

Valores em euros

Designação	Vendas	Prestações de Serviços	Impostos	Total Consolidado
Venda de Livros, Documentação Técnica e Outros	9 186,85			9 186,85
Venda de água e Outros	6 558 985,71			6 558 985,71
Venda de Sucata				0,00
Resíduos Sólidos		2 910 849,91		2 910 849,91
Cemitérios		94 995,71		94 995,71
Mercados e Feiras		142 111,56		142 111,56
Canídeos e Gatídeos		14 419,70		14 419,70
Outros Serviços específicos das Autarquias Locais		7 710,55		7 710,55
Serviços Sociais		106 813,51		106 813,51
Outros Serviços		8 171,97		8 171,97
Rendas e Aluguéis		66 855,37		66 855,37
Serviços de Saneamento		2 846 635,40		2 846 635,40
Trabalhos por conta de particulares		23 786,49		23 786,49
Serviços de Águas		1 426 051,28		1 426 051,28
Propomção Publicitária		35 635,59		35 635,59
Realização de Exposições e Espetáculos		450 377,71		450 377,71
Rendas e Aluguer de Espaços		6 500,00		6 500,00
Aulas de Dança		2 390,04		2 390,04
Estacionamento Público Urbano		305 517,45		305 517,45
Serviços Secundários		50 227,18		50 227,18
Impostos			16 763 674,24	16 763 674,24
Total	6 568 172,56	8 499 049,42	16 763 674,24	31 830 896,22

K) EFEITOS NA DETERMINAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO RESULTANTES DE CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA NÃO PREVISTOS NO POCAL E DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS EFETUADAS COM VISTA A OBTENÇÃO DE VANTAGENS FISCAIS, QUE TENHA SIDO FEITAS DURANTE O EXERCÍCIO OU EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, BEM COMO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUANDO TAL VALORIMETRIA TIVER INFLUÊNCIA MATERIAL MENTE RELEVANTE NOS IMPOSTOS FUTUROS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Não aplicável.

L) DIFERENÇA ENTRE OS IMPOSTOS IMPUTADOS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES E OS IMPOSTOS JÁ PAGOS E A PAGAR RELATIVAMENTE A ESSES EXERCÍCIOS, DESDE QUE ESSA DIFERENÇA SEJA MATERIALMENTE RELEVANTE PARA A DETERMINAÇÃO DOS IMPOSTOS FUTUROS.

Não aplicável.

M) INDICAÇÃO GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DE CADA UM DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO PELO DESEMPENHO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, BEM COMO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DAS ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL, CONFORME ABAIXO SE DISCRIMINA:

Valores em euros

Nome	Órgão Executivo da CMPD		Conselho de Administração SMAS		Conselho de Administração Coliseu		Conselho de Administração Cidade em Acção	
	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida
José Manuel Cabral Dias Bolieiro	Presidente	39 684,09	Presidente	a)				
Pedro Filipe Rodrigues Furtado	Vereador em regime tempo inteiro	32 679,27			Vogal	a)		
Humberto Trindade Borges de Melo	Vice-presidente	31 238,95	Vogal	a)				
Alexandra Vitória Falcão Pereira Viveiros	Vereador em regime tempo inteiro	31 475,53	Vogal	a)				
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte	Vereador em regime tempo inteiro	31 435,76						
Vitor Manuel Ângelo de Fraga *	Vereador							
Maria de Fátima Albergaria Oliveira Francisco da Costa *	Vereadora							
Bruno Miguel Correia Pacheco *	Vereador							
Mário Lourenço Duarte Miranda *	Vereador							
José Manuel Almeida de Medeiros *					Presidente	7 200,00		
Helder Alberto Martins Fialho					Vogal	a)	Administrador Liquidatário	a)
Órgão de Fiscalização		4 600,00		2 750,00				4 000,00

* Processado senhas de presença
a) Sem remuneração

N) INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REVALIDAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS, BEM COMO EXPLICITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DA INFLAÇÃO ADOTADOS PARA O CÁLCULO, NO CASO DE UTILIZAÇÃO DE OUTROS MÉTODOS DE REAVALIAÇÃO.

Não aplicável.

O) ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES.

O Coliseu Micaelense foi reavaliado em 31 de dezembro de 2009 por avaliadores independentes, as avaliações foram efetuadas numa base de valor do mercado. O excedente de reavaliação foi creditado em excedentes de reavaliação no Capital Próprio, resultando numa Reserva de Reavaliação, na quantia de 9.988.860,08 euros.

P) INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Na demonstração de Resultados todas as contas são comparáveis, no entanto no balanço o ano de 2018 ainda contempla os valores da Empresa Azores parque, entretanto alienada.

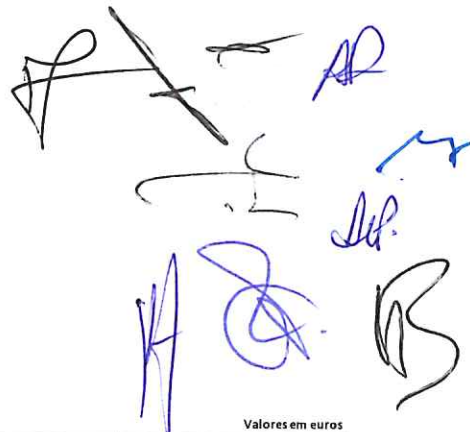
O valor do balanço da Azores Parque em 2018 rondava os 10.985.894,35 euros.

Q) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS.

Os resultados financeiros do grupo municipal são essencialmente afetados pelos resultados financeiros da empresa mãe – Município de Ponta Delgada.

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
681 - Juros Suportados	533 627,99	767 264,14	781 - Juros Obtidos	12 713,75	16 722,19
682 - Perdas em Entidades Participadas			782 - Ganhos em Entidades Participadas	500,00	1 063,00
683 - Amortizações de Investimentos em Imóveis			783 - Rendimentos de Imóveis	959 748,12	949 021,53
684 - Provisões para Aplicações Financeiras	0,00	0,00	784 - Rendimentos de Participações de Capital	0,02	0,00
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis			785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis		
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria			786 - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos		
688 - Outros custos e perdas Financeiras	14 617,32	20 945,01	787 - Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
			788 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	9 544,86	8 903,40
Resultados Financeiros	434 261,44	187 500,97			
TOTAL	982 506,75	975 710,12	TOTAL	982 506,75	975 710,12

Valores em euros



R) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.

Valores em euros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
691 – Transferências de Capital concedidas	78 308,39	147 486,31	791 – Restituição de Impostos		
692 – Dívidas Incobráveis	14 730,09	8 494,98	792 – Recuperação de Dívidas		
693 – Perdas em Existências	11 365,80	4 439,38	793 – Ganhos em Existências	4 948,76	8 345,61
694 – Perdas Em Imobilizações	169 973,25	315 522,96	794 – Ganhos em Imobilizações	119 906,00	13 318,33
695 – Multas e Penalidades	1 796,00	1 710,06	795 – Benefícios e Penalidades Contratuais	20 778,29	126 627,08
696 – Aumentos de Amortizações e Provisões			796 – Reduções Amortizações e Provisões	99 550,12	64 947,34
697 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	79 314,60	76 395,27	797 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	23 419,22	131 141,14
698 – Outros Custos e Perdas Extraordinários	273 517,60	564 090,18	798 - Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	3 019 655,11	3 128 267,43
Resultados Extraordinários	2 659 251,77	2 354 507,79			
TOTAL.....	3 288 257,50	3 472 646,93		3 288 257,50	3 472 646,93

Os resultados extraordinários do grupo municipal são essencialmente afetados pelo registo no município da passagem para a conta de subsídios da quota parte da amortização dos bens de investimento subsidiados.

S) DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES/AJUSTAMENTOS ACUMULADOS E EXPLICITAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO.

Valores em euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	591 424,59	35 715,20	91 508,72	535 631,07
292	Provisões para riscos e encargos	111 570,77	513 660,68	60 000,00	565 231,45
39	Provisões para depreciações de existências	0,00			0,00
49	Provisões para investimentos financeiros				
Total		702 995,36	549 375,88	151 508,72	1 100 862,52

T) INDICAÇÃO DOS BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, COM MENÇÃO DOS RESPECTIVOS VALORES CONTABILÍSTICOS.

Não aplicável.

U) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS QUE SE ENCONTRAM TITULADAS, POR RUBRICAS DO BALANÇO CONSOLIDADO, QUANDO NELE NÃO ESTIVEREM EVIDENCIADAS.

Não aplicável.

v) OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI.

Nada a comentar.

x) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Nos termos do disposto no artigo 52 da lei 73/2013, de 3 de setembro a dívida total do município resume-se como se segue:

Cálculo da Dívida Total
(Artigo 52.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro)

Valores em euros

Entidade	Descrição da dívida	Valor
Município	-Débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais – Empréstimos MLP	10 890 389,58 €
	-Débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais – Fornecedores	770 242,61 €
	-Outros débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais	7 992 181,77 €
SM, AM, SEL	-Débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais SM, AM e SEL	13 131 880,69 €
	Associação de Municípios da Ilha de São Miguel	441,52 €
	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	2 576,96 €
	Serviços Municipalizados de Abastecimento e Saneamento	19 446,01 €
	Fundação de Serralves	20 387,42 €
	ARDE	
	Associação rede cidades saudáveis	29,77 €
	Município, S.A.	3 483,01 €
	Cidade em Acção	13 085 516,00 €
Dívida Total a 31 de dezembro 2019		32 784 694,65 €

z) AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUE APLICAM O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, SNC, DESIGNADAMENTE, EMPRESAS MUNICIPAIS, INTERMUNICIPAIS, DEVEM ASSEGURAR A CONVENIENTE CONVERSÃO DAS SUAS CONTAS PARA O POCAL.

Das entidades que incluídas no perímetro de consolidação, apenas o Município de Ponta Delgada e os Serviços Municipalizados utilizam o POCAL, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. De acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, consignadas, respetivamente nos Avisos nº 15652/2009, nº 15655/2009 e nº

15653/2009, de 27 de Agosto, publicados em 7 de setembro, estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias nº 986/2009 de 7 de setembro e nº 1011/209, de 9 de setembro.

Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas procedeu-se à reclassificação das contas SNC para POCAL.

del.
+
H
B

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA** (o Grupo), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 270.088.390 euros e um total de fundos próprios de 183.743.666 euros, incluindo um resultado líquido de 2.634.740 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

Os ativos corpóreos de domínio público e outros ativos estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores de aquisição ou de avaliação, não estando ainda integralmente finalizado o processo de inventariação, regularização e valorização contabilística e, também, de registo na Conservatória de Registo Predial. Salienta-se que são mantidos em imobilizações em curso alguns projetos abandonados que deveriam ser anulados no montante estimado de 754.373 euros e ainda ativos que se encontram em exploração no montante de 6.893.545 euros, que deveriam ser objeto de amortização, e que os Serviços Municipalizados não utilizam o critério de reconhecer patrimonialmente os ativos cedidos, designadamente os ramais construídos por particulares no âmbito de operações de loteamento. Nesta perspetiva, não nos é possível concluir sobre os eventuais ajustamentos que possam vir a ocorrer nas demonstrações financeiras consolidadas na data de conclusão deste trabalho de identificação e de regularização contabilística do património do Grupo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da

lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

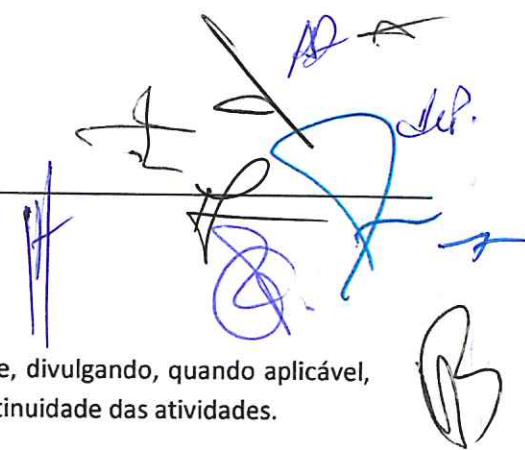
Em assembleia geral realizada em 24 de julho de 2017, foi deliberado a dissolução e a liquidação da CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, E.M., S.A. (em liquidação), em cumprimento da decisão da assembleia municipal de 29 de junho de 2017, conforme mencionado no número 2 do relatório de gestão consolidado, que deliberou a internalização da sua atividade e a assunção de todos os passivos não liquidados que perfaziam o montante de 13.116 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019. Esta participada não está ainda extinta por se estar a aguardar o entendimento sobre o enquadramento do IVA associado à transação do Parque Urbano solicitado à Autoridade Tributária, que poderá eventualmente ter impacto na extensão do passivo existente naquela data. Adicionalmente, salientamos que essas responsabilidades financeiras que são exigíveis até à extinção da Entidade serão apenas liquidadas se o acionista único disponibilizar os fundos financeiros necessários ou então haver renegociação do momento da sua liquidação com a instituição de crédito.

A AZORES PARQUE – Sociedade de Desenvolvimento de Parques Empresariais, S.A. alienada em 2019 foi, entretanto, declarada insolvente em 28 de novembro do mesmo ano. Conforme referido na alínea e) do número 3 do relatório consolidado de gestão, o Grupo não constituiu quaisquer provisões para eventuais perdas por contratualmente não estar estabelecido a assunção de qualquer responsabilidade adicional ou superveniente, sendo da total obrigação da entidade adquirente a liquidação de todos os passivos financeiros e contingentes existentes na data de alienação.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 15 de julho de 2020

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)